



J. Rosa Nunes
Prof. Doutor

Passado? Igual ou Pior?

“Honra-me ter conhecido/trabalhado com um desses Presidentes que “governou” as ilhas orientais, o Eng. Deodato Magalhães, tendo sido ele que deu origem, no início dos anos setenta, à aplicação nos serviços da Junta Geral, do novíssimo método de planeamento na função pública, com origem em França.”

Um dos acontecimentos que ocorreu na semana transata, embora para muitas pessoas possa ter pouco significado, foi algo que me levou ao passado, ao tempo da minha juventude, que vivi em parte na ilha de Sta. Maria. Lembro-me das enormes dificuldades, principalmente no outono/inverno, que era abastecer a ilha de produtos alimentares, de higiene e outros de uso diário. Só não se “lembra”, quem cá não viveu.

As dificuldades resultavam de não haver transportes marítimos regulares e das condições do pequeno porto da ilha, impedindo os navios de atracar, com intempéries a fazerem o mar galgar o cais e levar por arrasto as coisas que por lá havia. Uma das “perdas” sistemáticas/anuais eram as grandes e robustas portas do pequeno edifício da alfândega que ficava virado ao mar.

Habituei-me às tão “desejadas visitas” dos Pareces (permitam-me que vos identifique assim). Foram “eles” os grandes Homens que com pequenas embarcações, durante décadas, permitiram que os habitantes da ilha levassem uma vida minimamente satisfatória, no que concerne viveres.

Como entendo tão bem, atualmente - na sua luta e por vezes enorme desespero por não entenderem a razão - os florentinos e corvinos! Só que entre o que eles passam neste preciso momento, que consiste numa verdadeira vergonha para os governantes regionais em pleno século dos inúmeros sucessos tecnológicos, e o que referi para Sta. Maria vai um “pouquinho” mais de 65 (sessenta e cinco) anos. Imaginem seis décadas e meia! É mesmo uma vergonha intemporal!!!

Neste momento, em minha opinião, sinto que os Pareces - nas pessoas que detêm a empresa e colaboradores - conseguiram dar uma enorme “bofetada de luva branca” nos (ir)responsáveis governantes regionais. Afirma-se serem poucos os passageiros, as viaturas e as mercadorias transportadas, dadas as condições limitadas do barco, mas tal não pode servir como desculpa, mas como prova de que quando há vontade, saber adquirido pela experiência e razão a prevalece, tudo é possível. Bem hajam por tudo, o que fizeram e fazem!!! E ao que me parece em breve teremos a Moby Dick Tours, a fazer dupla.

Do governo nem uma “palavra” (também o que poderiam acrescentar senão alguma inconsistência?). Aliás tal como nos habituaram durante anos, principalmente nos últimos dois, e em todas as situações que não lhes são favoráveis. Porquê? Vergonha? Reconhecimento da apatia, da “fadiga governativa”, má vontade governamental perante determinadas situações que urge resolver? Ou será incompetência governativa? Vou mais por esta última!

Para quê fazer reuniões estatutárias semestrais? Para cumprir “calendário” e obrigações ou apenas repetir o “falatório” (está “tudo bem e todos” muito satisfeitos), registar o acontecimento em foto de grupo numa qualquer inauguração de uma mini-estrada com duas rotundas nas extremidades, continuando irresponsavelmente tudo praticamente na mesma. Talvez para haver assuntos a discutir e justificar a próxima visita governamental. O que vale, graças aos deuses, é que obrigatoriamente são só duas “visitas” anuais cada ilha.

Dizia recentemente a responsável regional da tutela dos transportes que no passado tinham sido só prejuízos com os navios de/para Sta. Maria. Onde se insere a obrigação de serviço público, tão apregoada? Atendendo que a Sata é um “saco sem fundo” de prejuízos acumulados e crescendo anualmente cada vez “mais e mais”, por semelhança e coerência não se deveria fechar a “loja”? Prejuízos são contabilisticamente a mesma coisa em qualquer empresa.

Ademais reconhecemos que uma parte do movimento da Sata Air Azores é pago anualmente pelos contribuintes regionais ao satisfazerem os custos das inúmeras e numerosas vezes injustificáveis viagens de deputados, governantes e funcionários públicos quando se deslocam entre ilhas em serviço. Pergunto: por acaso já ouviram falar em videoconferências? Quanto se pouparia anualmente, em milhões, ao erário público regional, nomeadamente com ajudas de custos e alojamento. Não somos uma Região rica, mas temos “tiques” disso!

O povo ficará, se já não está, cansado de tanto “desgoverno” e aqueles que sabem como se fez no passado e “construíram” os Açores, muitos deixando marcas indelévels para o futuro dos seus descendentes, terão necessariamente de se pronunciarem. Há que parar uma governação que é “imprópria para consumo”, por estar totalmente “fora de prazo”.

No passado três governadores civis, um em cada distrito, dentro das inúmeras e severas limitações impostas pela ditadura do Estado Novo e total ignorância (consciente) dos Açores, fizeram comparativamente, perante as imensas disponibilidades financeiras do Estado e comunitárias de que governo regional atualmente beneficia, muito mais do que Bolívia e companhia lda.

Honra-me ter conhecido/trabalhado com um desses Presidentes que “governou” as ilhas orientais, o Eng. Deodato Magalhães, tendo sido ele que deu origem, no início dos anos setenta, à aplicação nos serviços da Junta Geral, do novíssimo método de planeamento na função pública, com origem em França. Se dúvidas existirem vejam o que ele deixou escrito em documentos arquivados nos respetivos serviços.

Sem ovos, muitas omeletes fizeram! Até concederam bolsas de estudo para frequência das Universidades continentais, das quais beneficiem. Para quê tantos deputados? Com tantos milhões (mal)gastos em políticos e politiquices, ainda não identifiquei proporcionais benefícios que daí advenham? Tenham coragem, reduzam o número de deputados e os milhões gastos.

Muitos foram aqueles - açorianos ou não - que numa perspectiva de futuro, por exemplo, criaram a Sata (claro que sem subsídios), empresas ligadas aos transportes marítimos de carga e passageiros, a comunicação social (onde temos o jornal diário mais antigo), na hotelaria tradicional, a insular de eletricidade (agora EDA), as agências de viagens, de panificação, desenvolvendo a agricultura e pescas. Tudo sem subsídios estatais e/ou comunitários.

Em quase todas as áreas e/ou situações, de um modo geral, o governo regional não me parece considerar as suas conhecedoras e fundamentadas opiniões. Não aproveita do “saber adquirido” de anos de trabalho e sucesso. Prova disso são as intervenções e relatórios, cada vez em número mais significativo, por exemplo da Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada, que em nome dos empresários associados, chama a atenção para muitos casos que poderiam evitar-se, nomeadamente no setor dos transportes e turismo.

Depois? São múltiplas as asneiras: o dinheiro mal investido ou reinvestido (novamente mal), não se conseguindo rentabilizar os investimentos. Existem exemplos nos portos, em que se faz e refaz por ter sido mal decidido, na não exploração de águas minerais, de enorme variedade e comprovada qualidade ou de numerosas zonas termais das quais algumas fechadas ou vendidas a estrangeiros, que permitiriam otimizar o setor do “turismo de saúde” em algumas ilhas, com os benefícios económicos que daí adviriam.

No apoio aos menos bafejados pela vida/sorte, só depois de um imenso investimento comunitário no setor da habitação, através do PRR, uma família com filhos e vivendo doze (12) anos numa “barraca”, conseguiu o seu direito constitucional a uma habitação condigna. Quantos dos nossos políticos fizeram o “exercício” (só mental, claro!!!) de imaginarem viver assim, com as famílias, algum desse tempo? Quantos mais casos semelhantes existirão comprovando que politicamente não se serve os mais necessitados que, infelizmente, não têm “vozes” que os defendam?

Não admira, do modo como a ação política é tão “mal tratada e concretizada”, que em próximas eleições, a denominada extrema-direita - sempre atenta ao desagrado político da população mais carecida - venha a obter maior número de lugares na política regional. Reconheço que não por mérito próprio, mas por desmérito de quem governa/ou e que reflete a insatisfação das populações. Como se usa dizer popularmente, então será tarde para “chorar sobre o leite derramado”.